

Não há meta fixada para juros, diz Malan

Ministro explicou que o plano apresenta projeções, já que as taxas dependem também de fatores externos

SUZANA SANTOS
e GUSTAVO ALVES

RIO – O ministro da Fazenda, Pedro Malan, disse ontem, em entrevista a correspondentes estrangeiros, que o Programa de Estabilidade Fiscal não estabelece nenhuma meta governamental para as taxas de juros, que dependem de uma série de fatores externos e internos. Segundo ele, o que está no texto é “um exercício de projeção”. Malan ressaltou, no entanto, que espera que seja possível uma queda mais acentuada do que está explícito no exercício. Para o ministro as projeções apresentadas no programa são conservadoras para não parecer que o governo estava apresentando um quadro excessi-

vamente “róseo” ou favorável sobre as perspectivas.

Malan acrescentou que os números constantes do gráfico que acompanhou o programa não são “um objetivo”, como também não é um objetivo o índice de crescimento previsto no texto. Para ele o índice de crescimento previsto é o que vai acontecer se o País não “cumprir o que está proposto”. O ministro ressaltou que está convencido de que o Brasil será capaz disso. Ele voltou a afirmar que a trajetória de queda das taxas de juros poderá ocorrer a partir do momento que sejam conjugados o apoio externo e seja equacionado o problema fiscal.

O ministro voltou a afirmar ontem que o governo aceitará sugestões de mudança no programa desde que a meta de superávit primário de 2,6% para 1999 seja mantida. Malan explicou que o governo está aberto a propostas que provoquem corte de custos e gastos para substituir aumento

de impostos. Mas a meta de superávit primário não é negociável.

Questionado sobre o volume de recursos que seriam liberados pelo Fundo Monetário International (FMI) para o Brasil, Malan disse não há definição sobre o volume, nem as condições do empréstimo.

Ele lembrou que, ao contrário da ajuda que o Fundo prestou a outros países, como Rússia, Tailândia e Coréia, não há como precisar “na ponta do lápis” o volume. Ele explicou que, nesses outros países a quantia do empréstimo foi determinada com base no total das obrigações que eles tinham de pagar e o déficit em suas reservas. “No Brasil, a ajuda

será preventiva”, afirmou. Malan afirmou que no Brasil a maior demonstração de sucesso vai ser a utilização do menor porcentual possível do dinheiro a ser empregado.

Malan informou ainda que o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) atual será mantido para regular entrada de “um certo tipo de capital de curto prazo”. O ministro afirmou que o aumento ou a queda desse imposto vai depender da decisão do Banco Central (BC), sem determinação prévia de data e do porcentual que pode variar. Ele admitiu que o IOF cobrado na entrada desses capitais não é um imposto arrecadatório, mas regulatório.

**IOF DE CAPITAL
ESTRANGEIRO
NÃO VAI
AUMENTAR**